

CONGRESSO

Semana de farra eleitoral

Após Câmara aprovar pacote de benesses a partidos, Congresso derruba veto a doações de recursos e benefícios em ano de pleito

» DANANDRA ROCHA

O Congresso derrubou, ontem, vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a trechos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), entre os quais, o que impedia repasses federais a estados e municípios durante a campanha eleitoral. A medida, que dribla a legislação, alcança o pagamento de projetos bancados com emendas parlamentares e dá poder ao Executivo para efetuar doações de bens, dinheiro e benefícios — como cestas básicas, tratores e ambulâncias — a prefeituras e gestores estaduais nas eleições.

O dispositivo que prevê a possibilidade de doações de recursos, equipamentos e benefícios no meio da campanha eleitoral foi aprovado pelo Congresso em dezembro do ano passado. Pelo texto, essas transferências não descumprem o chamado “defeso eleitoral”, regra que proíbe repasses três meses antes da eleição. A Lei Eleitoral proíbe a prática para evitar abuso de poder econômico na disputa. Como única exigência, o dispositivo determina que haja uma contrapartida do município ou de quem será beneficiado.

Na justificativa do veto, Lula afirmou que o texto aprovado pelos parlamentares é “inconstitucional e contraria o interesse público”, pois cria uma exceção à legislação eleitoral e trata de tema que não é de competência da LDO. O presidente, no entanto, autorizou a bancada governista a votar a favor da derrubada do próprio veto. As consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado concordaram com o veto do Executivo e alertaram que a medida confronta regras eleitorais.

Essa é a segunda medida, nesta semana, que promove uma **farra** em ano de pleito. Na terça-feira, a Câmara aprovou um projeto de “mini-reforma eleitoral” que altera regras de funcionamento dos

Andressa Anholeta/Agência Senado



Alcolumbre: “Mais de 3.100 municípios estão inadimplentes e, portanto, sem poder acessar os convênios apresentados pelo governo federal”

Da oposição ao governo

A aprovação das benesses eleitorais, em votação relâmpago, uniu PT, PL e Centrão, em parceria com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Na quarta-feira, o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre, disse que vai discutir o projeto com parlamentares do Senado.

partidos políticos, flexibiliza a prestação de contas das siglas e amplia a permissão para envio de mensagens a eleitores por aplicativos como WhatsApp e Telegram.

Entre os principais pontos do projeto está a flexibilização das punições relacionadas às prestações de contas partidárias. Pela nova regra, irregularidades equivalentes a até 10% das receitas anuais poderão ser aprovadas com restrições, desde que não haja comprovação de má-fé ou descumprimento das cotas.

Entidades protestaram contra a aprovação — que depende ainda

do aval do Senado. O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), por exemplo, considerou o projeto um “grave retrocesso” para os mecanismos de fiscalização do sistema político brasileiro. A Transparência Internacional disse que o texto “fragiliza mecanismos de fiscalização, agrava riscos de corrupção e desvios de recursos públicos e perpetua um cenário de impunidade dos partidos.

Na sessão conjunta para apreciar os vetos, parlamentares restabeleceram, também, o trecho que autoriza a transferência de recursos federais

para municípios com até 65 mil habitantes, mesmo que apresentem pendências no Cauc — sistema que reúne informações sobre a situação fiscal de estados e prefeituras.

Na prática, a decisão abre caminho para a retomada de convênios, repasses de emendas parlamentares e envio de bens, materiais e insumos para cidades que estavam impedidas de acessar verbas da União por problemas de regularidade fiscal.

Durante a sessão, o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), defendeu a derrubada

dos vetos e afirmou que milhares de municípios aguardavam a liberação dos recursos para manter obras e serviços públicos.

“Essas obras são importantes. São estradas, rodovias, escolas, unidades de saúde, creches, e praças”, declarou o senador no plenário. Segundo ele, mais de 3,2 mil municípios estavam inadimplentes nesta semana, número que poderia crescer nos próximos dias.

A votação ocorre após pressão de prefeitos durante a Marcha dos Prefeitos, realizada em Brasília. Na terça-feira, Alcolumbre já havia sinalizado que pautaria os vetos como gesto de apoio às administrações municipais.

O governo federal havia vetado o trecho sob argumento de que a flexibilização das regras de adimplência afrontava a Constituição, especialmente dispositivos que proíbem benefícios públicos a entes devedores da Seguridade Social. O Palácio do Planalto também sustentou que exceções para áreas prioritárias, como saúde e educação, já estão previstas em outras legislações.

Uma nota técnica elaborada pelas consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado reforçou o entendimento do Executivo e apontou riscos à responsabilidade fiscal. O parecer afirmou que a flexibilização ampla poderia estimular má gestão financeira entre municípios inadimplentes.

Além da questão fiscal, deputados e senadores também derrubaram vetos relacionados a obras de infraestrutura.

Os parlamentares retomaram o dispositivo que autoriza o governo a destinar recursos para estradas estaduais e municipais ligadas ao escoamento da produção e à integração logística. Outro trecho restabelecido permite intervenções em hidrovias brasileiras mesmo em áreas fora da gestão direta da União. (Com Agência Estado)

OPERAÇÃO SEM REFINO

Nova frente de investigação contra Ciro

» RENATO SOUZA

A Polícia Federal identificou um pagamento de R\$ 14,2 milhões de um fundo ligado ao grupo Refit à empresa Ciro Nogueira Agropecuária Ltda, de familiares do senador Ciro Nogueira (PP-PI). A transferência foi comunicada pelos investigadores ao Supremo Tribunal Federal (STF), onde estão em andamento diligências sobre o caso. O parlamentar alega que os valores se referem a venda de um terreno em Teresina-PI.

As investigações apontam que o dinheiro foi enviado para a empresa dos familiares do senador pelo fundo Athena. O Refit é do empresário Ricardo Magro e está no centro da investigação que apura fraudes bilionárias no setor de combustíveis. Nogueira não é sócio da empresa neste momento, mas, na época da transferência, era dono de 1% das ações da companhia que recebeu os valores.

A fraude no setor de combustíveis é apurada pela Operação Sem Refino, que mirou o ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro. A operação foi deflagrada na última sexta-feira e mira um esquema de sonegação fiscal no setor de combustíveis. Além de um mandado de prisão contra Ricardo Magro, os agentes foram às ruas para cumprir ordens de busca e apreensão.

O empresário não foi preso, pois está nos Estados Unidos. De acordo com as apurações, Magro vive fora do Brasil há pelo menos 10 anos. A PF o considera peça central do suposto esquema investigado e afirma que o grupo empresarial ligado a ele acumula uma das maiores dívidas tributárias do país.

A Sem Refino também bloqueou R\$ 52 bilhões de pessoas físicas e empresas investigadas. O Supremo determinou que a PF solicite a inclusão do nome de Magro na lista de difusão vermelha da Polícia Internacional (Interpol).

Em nota, Ciro Nogueira afirmou que “lamentava as recorrentes tentativas de associá-lo a escândalos, as quais serão inevitavelmente frustradas, uma vez que não praticou nenhum ato irregular ou ilegal”.

O parlamentar também destacou que o valor apontado pelos investigadores “se refere à venda dessa área, situada em local altamente valorizado em Teresina, cuja venda foi regular e totalmente declarada junto aos órgãos competentes em valores condizentes com o mercado”.

Ele não foi alvo da Operação Sem Refino. No entanto, a polícia cumpriu buscas contra Jonathas Assunção Salvador Nery de Castro, que, segundo a representação enviada ao Supremo, ocupou o cargo de secretário executivo da Casa Civil quando Nogueira foi o titular da pasta no governo Jair Bolsonaro (PL).

“Os valores creditados foram rapidamente transferidos

diretamente ao próprio beneficiário final Jonathas Assunção Salvador Nery de Castro, cerca de R\$1.325.000,00. Tal padrão evidencia baixa permanência dos recursos na conta, típico de empresa de passagem, sem identificação de despesas operacionais compatíveis com a atividade declarada de consultoria, como folha de pagamento, estrutura administrativa relevante ou custos técnicos proporcionais aos valores recebidos” aponta um trecho do relatório da PF.

No início deste mês, Nogueira foi alvo da Operação Compliance Zero, que investiga esquema de corrupção, lavagem de dinheiro, organização criminosa e crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, no âmbito do caso Master.

Segundo as apurações da PF, o senador usou o mandato para defender interesses do dono do Master, Daniel Vorcaro. Em troca, recebia mesadas que podem ter chegado a R\$ 500 mil.

Lula Marques/ Agência Brasil



PF identifica pagamento de R\$ 14,2 milhões ao senador e família

ONDE TEM PROPÓSITO TEM CUIDADO

O programa GDF na sua Porta foi criado para ouvir a população e resolver rapidamente os problemas de cada cidade.

govdf gov_df

GDFNA SUA PORTA

GDF

GORAGEM PRA MUDAR PROPÓSITO PRA CUIDAR